

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA

Brasília, 16 de outubro de 2018

A/C Excelentíssimo Senhor

Edson Duarte

Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Assunto: Aprovar errata que corrige a redação do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai.

Os Conselheiros abaixo assinados, vêm por meio deste, requerer regime de urgência para aprovar errata que corrige a redação do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai ¹, no que tange a uma das diretrizes estratégicas para outorga de direito de uso dos recursos hídricos (fls.134).

JUSTIFICATIVA:

Conforme se verifica na publicação do referido Plano, foi caracterizada como uma *diretriz estratégica* o seguinte item:

“Os pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) ou Outorgas para novos aproveitamentos hidrelétricos na RH-Paraguai **devem** aguardar os resultados desses estudos para a conclusão de suas análises, de forma a poder incorporar seus resultados. Assim que concluídos relatórios parciais para bacias específicas, seus resultados já devem ser incorporados aos pedidos de outorga e DRDH em análise”, (Sem grifo no original).

¹ Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai –PRH Paraguai: Resumo Executivo / Agência Nacional de Águas. – Brasília: ANA, 2018. ISBN:978-85-8210-056-1.

Todavia, de acordo com a Ata da 12ª Reunião do GAP, ocorrida em 11 de agosto de 2017 – (doc. 01), comprova-se que o GAP decidiu e aprovou o item acima como mera **recomendação** e não como uma **diretriz** do PRH-Paraguai. Confira-se o texto aprovado pelo GAP:

Recomenda-se que os pedidos de DRDH ou Outorgas para novos AHEs na RH-Paraguai aguardem os resultados dos estudos sobre os efeitos das hidrelétricas para a conclusão de suas análises, de forma a poder incorporar seus resultados. Assim que concluídos relatórios parciais para bacias específicas, seus resultados já devem ser incorporados aos pedidos de outorga e DRDH em análise”. (Sem grifo no original).


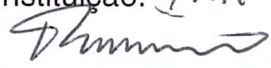
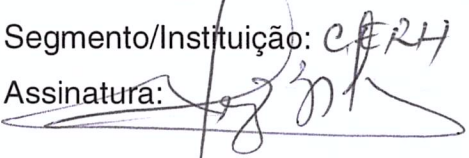
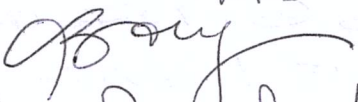
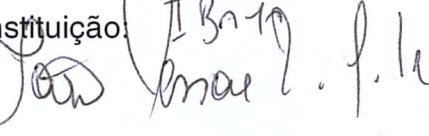
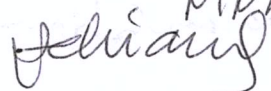
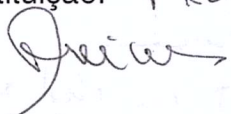

Posteriormente, em reunião ocorrida em 13 novembro de 2017 (14ª Reunião, linha 176/186 – doc. 02), reforçou-se que “a **recomendação de restrição à outorga de novos empreendimentos hidrelétricos, já aprovada na 12ª Reunião não foi objeto de alteração**”. Em outras palavras, após deliberar especificamente acerca do tema, o GAP aprovou mera **recomendação** de que a análise dos pedidos de DRDH e outorga de novos empreendimentos aguardasse a finalização dos estudos contratados pela ANA. No entanto, ao se examinar o texto final encaminhado ao CNRH, verificou-se que a **recomendação** foi transformada em **diretriz estratégica**.

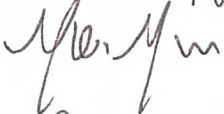
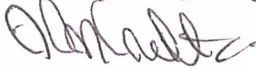
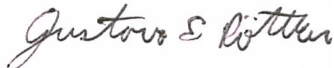
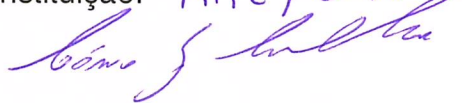
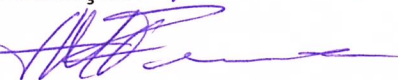
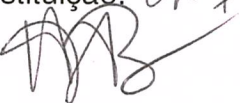


Ressalta-se que o CNRH, por sua vez, nas discussões da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (Parecer 01_2018_CTPNRH_PRH Paraguai²) não registra qualquer alteração no texto do GAP, no que tange a modificação da recomendação, em debate, em uma diretriz estratégica para outorga de direito de uso dos recursos hídricos (doc. 03).

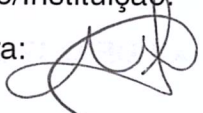
Diante do exposto, os Conselheiros REQUEREM, nos termos do artigo 12, § 2º do Regimento Interno, a urgência na apreciação pelo Plenário da Errata anexa a este documento.


² Disponível em <http://www.cnrh.gov.br/reunioes-plenarias/cnrh-2018/40-reuniao-extraordinaria-do-cnrh-28-de-junho-de-2018>. Acesso em 20.9.2018.

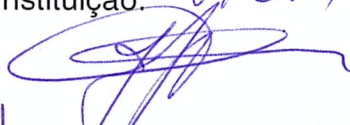
Conselheiros (as):


1. Nome: M^{te} APARECIDA B-P. VARGAS
Segmento/Instituição: ABRAEL
Assinatura: 
2. Nome: LOR SOUZA RIBEIRO
Segmento/Instituição: MME
Assinatura: 
3. Nome: ALBERTO FLÁVIO PEGO E SILVA
Segmento/Instituição: CERH - ES/MG
Assinatura: 
4. Nome: Camila Boufeir
Segmento/Instituição: MS
Assinatura: 
5. Nome: João Pessoa L. Moreira
Segmento/Instituição: IBRA
Assinatura: 
6. Nome: Jeliang Loustosa
Segmento/Instituição: MMA
Assinatura: 
7. Nome: Jucia D. B. Pico
Segmento/Instituição: FIESP
Assinatura: 
8. Nome: PAULO ROBINSON S. SAMUEL
Segmento/Instituição: COMITÊ BACIA MEDRUG.
Assinatura: 

9. Nome: MARCELO RIBEIRO MOREIRA
Segmento/Instituição: MTUR
Assinatura: 
10. Nome: Ama Amara Chedec
Segmento/Instituição: Governo / SEAD/
Assinatura: 
11. Nome: GUSTAVO SARTORI POTTKE
Segmento/Instituição: GOVERNO / MCTIC
Assinatura: 
12. Nome: CÁSSIO GIULIANI CARVALHO
Segmento/Instituição: MME / GOVERNO
Assinatura: 
13. Nome: LUÍS MAURO G. FERREIRA
Segmento/Instituição: MME / GOVERNO
Assinatura: 
14. Nome: DAVI BOMKIMBA
Segmento/Instituição: CNI
Assinatura: 
15. Nome: Jorge Enock F. Werneck Lima
Segmento/Instituição: CR4 DF
Assinatura: 
16. Nome: José Manton F. de Funes
Segmento/Instituição: Cons. Est. Rec. Hid. RN
Assinatura: 

17. Nome: Jefferson Milton Marinho
Segmento/Instituição: Governo / MF
Assinatura: 

18. Nome: Nelson Ananias Filho
Segmento/Instituição: CNA
Assinatura: 

19. Nome: Jefferson Nazaretti de Oliveira
Segmento/Instituição: OTEP / UNESP
Assinatura: 

20. Nome: Cláudio Francisco de Jesus Dias
Segmento/Instituição: IBRAM
Assinatura: 

ANEXO

MINUTA DE RESOLUÇÃO CNRH Nº XXX, DE XX DE OUTUBRO DE 2018

Errata ao Plano de Recursos Hídricos
da Região Hidrográfica do Paraguai

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nos 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA no 437, de 8 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º. Aprovar errata que suprime como Diretriz para a Gestão dos Recursos Hídricos da RH-Paraguai o item abaixo:

“Os pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) ou Outorgas para novos aproveitamentos hidrelétricos na RH-Paraguai devem aguardar os resultados desses estudos para a conclusão de suas análises, de forma a poder incorporar seus resultados. Assim que concluídos relatórios parciais para bacias específicas, seus resultados já devem ser incorporados aos pedidos de outorga e DRDH em análise”;

Art. 2º. Reconhecer como Recomendação do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai o item abaixo, nos termos aprovados na 12ª Reunião do GAP, realizada em 11 de agosto de 2017:

“Recomenda-se que os pedidos de DRDH ou Outorgas para novos AHEs na RH-Paraguai aguardem os resultados dos estudos sobre os efeitos das hidrelétricas para a conclusão de suas análises, de forma a poder incorporar seus resultados. Assim que concluídos relatórios parciais para



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Parecer Técnico nº 01/2018/CTPNRH/CNRH

Assunto: Minuta de Resolução CNRH que “*Aprova a proposta de Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai*” – Processo SEI: 02000.000835/2018-22.

Origem: SRHU/CNRH/CTPNRH

Introdução

1. Este parecer tem como objetivo apresentar minuta de Resolução a ser analisada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, com vistas à aprovação da proposta de Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (minuta em anexo).

Histórico

2. A Resolução nº 152, de 17 de dezembro de 2013, decidiu pela elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH - Paraguai) e a constituição de Grupo de Acompanhamento da elaboração do PRH Paraguai (GAP). E em seu Art. 3º consta que: Caberá à Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH analisar os resultados da elaboração do PRH - Paraguai, nas fases de Diagnóstico, Prognóstico e Plano de Ações, objetivando subsidiar a sua deliberação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

3. A Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH acompanhou todas as etapas de planejamento e execução do plano, por meio de diversas reuniões e debates, tais como, 94ª Reunião (19 e 20 de outubro de 2016) e 97ª Reunião (07 e 08 de junho de 2017).

4. Adicionalmente, na 98ª Reunião da CTPNRH (17 e 18 de agosto de 2017) foi realizada apresentação, seguida de debates, sobre os licenciamentos de empreendimentos hidrelétricos na Região Hidrográfica do Paraguai, contendo um levantamento dos processos de licenciamento do Mato Grosso – MT, cronograma de atividades e descrição sucinta dos impactos, realizada pela Sra. Lilian Ferreira (SEMA/MT).

5. O plano proposto a ser discutido no CNRH já foi aprovado pelo Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do

Paraguai (GAP) em sua 15ª Reunião ocorrida em 13 de dezembro de 2017 (ATA em anexo).

6. Neste sentido, o GAP encaminhou ao CNRH, em 19 de janeiro de 2018, por meio do Ofício 05/2018 (Documento SEI-0132459 em anexo), minuta do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai, contendo apresentação do plano e informado que: *“os estudos apresentados foram debatidos em duas rodadas de eventos públicos, que aconteceram nos meses de julho-agosto e novembro-dezembro de 2017, envolvendo as cidades de Corumbá, Bonito e Coxim, no estado do Mato Grosso do Sul, e Rondonópolis. Cáceres e Cuiabá, no estado do Mato Grosso. Esses eventos contaram com reuniões abertas à sociedade em geral e oficinas voltadas aos membros de comitês de bacia hidrográfica e técnicos ligados à temática da água”*.

7. Após o recebimento do ofício, o referido Plano foi apresentado à Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH em sua 100ª Reunião, ocorrida em 30 de janeiro de 2018, sendo objeto de amplo debate quanto ao seu conteúdo. Durante a reunião a Sra. Debora Calheiros representante do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas – (Fonasc) disponibilizou a Nota Técnica (NT) Avaliação do Mapa de Áreas Sujeitas à Restrição de Uso com vistas à Proteção dos Recursos Hídricos da RH Paraguai de outubro/2017 (em anexo). Destaca-se que a nota não foi encaminhada aos membros da CTPNRH com antecedência para apreciação na reunião.

8. Foi informado pelos representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), durante a reunião da CTPNRH, que a Nota Técnica do Fonasc em referência foi enviada à ANA, durante a elaboração do plano. Além disso, os pontos abordados nesta foram debatidos pelo GAP na 14ª Reunião do GAP (Ata em anexo), quando foi apresentado o Mapa de Áreas sujeitas a restrição de uso” (Relatório PP-05) pela Engecorps Engenharia, e incorporados ao PRH Paraguai no que couberam. A consolidação das repostas à NT da Fonasc elaborada pela ANA/Engecorps/GAP encontra-se em anexo.

9. Após debates ocorridos na 100ª Reunião, a CTPNRH recomendou a aprovação do PRH-Paraguai, e que as questões da NT da Fonasc deveriam ser tratadas durante a implementação do plano, e que seriam objeto de complementações posteriores.

10. Por último, informa-se que durante a 100ª Reunião da CTPNRH houveram os seguintes encaminhamentos:

- Aprovação do encaminhamento do PRH-Paraguai para o CNRH;
- O Parecer de encaminhamento do PRH-Paraguai ao CNRH deve considerar a NT disponibilizada pelo Fonasc, além de anexar as respostas produzidas pela ANA/Engecorps/GAP em resposta ao Fonasc;
- Na próxima reunião da CTPNRH será apresentada pela Fonasc proposta de alteração da composição do GAP.

Apresentação do PRH do Paraguai

11. A Bacia do Alto Paraguai delimita uma área de cerca de 600.000 km², abrangendo parte do território brasileiro, bem como parte dos territórios do Paraguai e da Bolívia. A porção brasileira desta bacia representa aproximadamente 61% de sua área total e corresponde a uma das 12 Regiões Hidrográficas brasileiras, denominada RH-Paraguai, sendo limítrofe às Regiões Hidrográficas Amazônica, Tocantins-Araguaia e Paraná. A RH-Paraguai é marcada pela clara macrocompartimentação física em duas grandes unidades de relevo: o planalto e a planície pantaneira. Apesar de constituírem duas regiões com características bastante distintas, essas duas unidades possuem inquestionável relação de interdependência. Fonte: (PRH – Paraguai)

12. Destaca-se que o PRH- Paraguai é uma das ações previstas no Plano Nacional de Recursos Hídricos, no âmbito do Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos – sendo explicitado no detalhamento do Subprograma III.6 – Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento de Corpos Hídricos em Classes de Uso.

13. Característica marcante da região hidrográfica do Paraguai é a inexistência de um Comitê de Bacia, que ensejou a criação de um Grupo de Acompanhamento do Plano (GAP) que poderá incitar a proposição de um futuro Comitê.

14. Assim sendo, adquiriu especial relevância para a elaboração do PRH Paraguai a realização de diversas reuniões públicas e oficinas regionais do plano de ações, que tiveram o objetivo de aumentar a participação social, mobilização, difusão. Informando e ouvindo a sociedade da bacia, e contribuindo para uma construção participativa do plano.

15. Os trabalhos do PRH-Paraguai tiveram início em dezembro de 2014 e se

desenvolveram por um período de três anos, contando com a participação ativa do GAP e dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Fonte: (PRH – Paraguai). Sendo que o plano foi estruturado em três grandes etapas:

- Etapa 1 Diagnóstico: Caracterização Temática da Região Hidrográfica do rio Paraguai; Disponibilidade Hídrica Quanti-Qualitativa Superficial e Subterrânea; Avaliação dos Usos Atuais da Água e das Demandas Hídricas Associadas; Balanço entre Disponibilidades e Demandas Hídricas Quanti-Qualitativas; Panorama da Gestão de Recursos Hídricos na RH-Paraguai; Diagnóstico Integrado.
- Etapa 2 – Prognóstico: Cenários Futuros para a RH-Paraguai; Demandas e Balanços Hídricos Quanti-Qualitativos Futuros; Identificação de Áreas Críticas e o Cenário do PRH Paraguai.
- Etapa 3 – Plano de Ações: Diretrizes para a Gestão dos Recursos Hídricos da RH-Paraguai; Objetivos, Metas e Programas de Ações do PRH Paraguai; Estratégias Institucionais; Caminhos para Implementação e Monitoramento do PRH Paraguai.

Conclusões

16. A representante do Fonasc na CTPNRH apresentou Nota Técnica específica sobre o mapa de áreas de restrição de uso, informando que não se tratou de desqualificação de todo processo de construção do PRH-Paraguai e sim de solicitação para que o tema fosse discutido.

17. A CTPNRH decidiu por recomendar ao CNRH a aprovação PRH-Paraguai e que as questões levantadas na Nota Técnica - Avaliação do Mapa de Áreas Sujeitas à Restrição de Uso com vistas à Proteção dos Recursos Hídricos da RH Paraguai de outubro/2017, sejam discutidas e aprimoradas durante a implementação do plano.

18. A CTPNRH destacou-se a importância de se aproveitar a ocasião da implementação do PRH-Paraguai para acelerar o processo de implementação e fortalecimento do SINGREH na Região, inclusive quanto à criação de um futuro Comitê de Bacia.

19. Entende-se que o PRH-Paraguai contém elementos essenciais para orientar a implementação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, bem como o alcance dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

20. Considera-se que os trabalhos consubstanciados no PRH-Paraguai, conduzidos pela Agência Nacional de Águas (ANA), foram desenvolvidos segundo os fundamentos, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, atendendo ao previsto na Lei

Ata da 12ª Reunião do
Grupo de Acompanhamento da
Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai

4 Local: Campo Grande - MT, Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul -
5 Auditório do ESCOEX

6 **Data:** 13 de novembro de 2017

7 Participantes: lista de presença (Anexo1)

8 Abertura e Informes

9 Luiz Henrique Noquelli (SEMA-MT), coordenador do grupo de acompanhamento, GAP,
10 abriu os trabalhos saudando a presença de todos. Informou que a apresentação sobre
11 empreendimentos hidroelétricos que a SEMA/MT faria não irá acontecer, ficando para
12 próxima reunião em Cuiabá. Propôs que a reunião para o dia 13 seja alterada para
13 o dia 14 de novembro, tendo em vista que nos dias 12 e 13 de novembro ocorrerá a
14 reunião do CNRH e muito dos membros do GAP fazem parte do CNRH. A decisão de
15 alteração da data ficou para ser decidida ao final desta reunião.

16 Luciana Aparecida Zago de Andrade (ANA), falou sobre as categorias de áreas
17 sujeitas a restrição de uso dos recursos hídricos, visando esclarecer sobre as
18 dúvidas apresentadas na 13ª reunião. Iniciou apresentando que o termo restrição de
19 uso tem origem na lei 9433/97 e na resolução 145 do CNRH de 2012 (Anexo 2).

20 Áreas sujeitas a restrição de uso” (Relatório PP-05) pela Engecorps Engenharia
21 S.A. Raquel Chinaglia Santos (Engecorps) apresentou as categorias de restrição de
22 usos (R1; R2; e R3) (Anexo 3) citando que são áreas de especial atenção para
23 aplicação dos instrumentos de gestão: cadastro, outorga, enquadramento,
24 fiscalização e demais ações do PRH Paraguai. Especificou os critérios passíveis
25 de utilização na outorga dos usos da água. Alessandra Pazini (FIENT) perguntou se
26 nas unidades de proteção integral, onde existe turismo por exemplo, e que
27 eventualmente tenha necessidade de um poço tubular, estando na categoria R1 é
28 possível outorgar este uso. Felipe Augusto Dias (SOS Pantanal) falou que em
29 unidades de conservação tem o plano de manejo define áreas de uso e áreas de
30 proteção integral. Alessandra Panizi (FIENT) também afirmou que mesmo em terras
31 indígenas no MT existe plantio de soja. Edmar Kajejeu (Povos Indígenas da BAP),
32 afirmou que nos Parecis ocorreu uma assembleia indígena e que debateram sobre o
33 plantio em terras indígenas e sobre o arrendamento das terras não chegando a um
34 consenso. Raquel Chinaglia Santos (Engecorps) falou que irão avaliar as colocações
35 e apresentarão proposta sobre os temas referentes às unidades de conservação,
36 respeitando os usos definidos no plano de manejo, bem como os usos tradicionais
37 em terras indígenas. Débora Calheiros (FONASC) falou do impasse da lei de recursos
38 hídricos, que considera os usos e que na agropecuária a descarga é difusa e indaga
39 se isto foi considerado no plano. Raquel Chinaglia Santos (Engecorps) mostrou que
40 o uso foi levado em conta e, em seguida, apresentou o mapa com as informações

41 referentes às cargas difusas e cenários previstos. Nilo Coelho (COINTA) falou que
42 no MS existe uma lei que impede a instalação de indústrias sucroalcooleiras e no
43 MT não. Raquel Chinaglia Santos (Engecorps) afirmou que este fato foi considerado
44 nos cenários. Alessandra Panizi (FIENT) disse que havia entendido que a suspensão
45 da emissão da declaração de reserva de disponibilidade hídrica (DRDH) de outorgas
46 para os empreendimentos hidrelétricos seria incluída nas recomendações para serem
47 debatidas nas reuniões públicas. Rosana Evangelista (ANA) disse que a decisão do
48 grupo sobre esse assunto já havia sido tomada, mas que poderia vir a ser discutida
49 no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Igor Ribeiro (MME) solicitou
50 que os estudos sobre o impacto das hidroelétricas em desenvolvimento pela Embrapa
51 sejam disponibilizados, mesmo que parciais, criticando a falta de transparência e
52 que a condução está sendo exclusiva da ANA. Luciana A. Zago (ANA) falou que os
53 estudos estão iniciais, na fase de planejamento, aquisição de equipamentos e
54 definição de equipe. Afirmou ainda que o GAP será responsável por acompanhar todo
55 o trabalho e que o término dos estudos está previsto para 2020, tendo sido iniciado
56 há um ano e que o primeiro ano foi de planejamento. Acrescentou que já existe um
57 diagnóstico da bacia do Cuiabá com informações secundárias. Luiz Henrique Noquelli
58 (SEMA) questionou como seria aprovado um plano em 2018 que tem um item de proibição,
59 mas que ainda não finalizado. Luciana A. Zago (ANA) falou do princípio da precaução
60 e que a contratação do estudo foi antecipada para ter a informação o quanto antes.
61 Afirmou que o plano de recursos hídricos apresenta a diretriz ao órgão gestor para
62 que somente com o resultado do estudo seja liberada a outorga. Comprometeu-se a
63 trazer uma agenda para discussão sobre o estudo. Débora Calheiros (FONASC) disse
64 que não se lembrava de ter havido a discussão sobre a proposta de levar ao CNRH a
65 discussão, afirmando que não existiu votação sobre. Falou que o princípio de
66 precaução e proteção é importante que os setores públicos tem que respeitar a
67 Constituição. Falou sobre o dia do Pantanal no dia de 12 de novembro, para que
68 conste em ata que a data é em homenagem ao jornalista Francisco Ancelmo que morreu
69 nesta data, e que contribuiu para a lei que proíbe empreendimentos de produção de
70 álcool e açúcar. Falou também que o estudo sobre as hidrelétricas vai avaliar a
71 geração de renda para populações e a biodiversidade e que deve ser considerado.
72 Falou também sobre a hidrovía e a não aprovação do seu licenciamento na década de
73 90. Destacou a vulnerabilidade do nível de desmatamento da borda e do próprio
74 Pantanal, conclamando a responsabilidade dos funcionários públicos e a necessidade
75 de considerar o bem comum. De Paula (COINTA) informou que está apoiando o trabalho
76 dos pesquisadores e acompanhando o desenvolvimento dos trabalho no MS. Luiz
77 Henrique Noquelli (SEMA) afirmou que, como funcionário público, tem normas e leis
78 que eles tem que seguir. Leonardo Sampaio (IMASUL) perguntou como foram
79 identificados os usos a montante de terras indígenas. Raquel Chinaglia Santos
80 (Engecorps) disse que cada caso é avaliado separadamente. Nilo (Cointa) falou das

81 unidades de conservação, como do Parque das Nascentes do Taquari e municipais para
82 proteção do aquífero do Guarani. Débora Calheiros (FONASC) informou que, segundo
83 os geólogos da UFMT, a maior parte das áreas do planalto são áreas de recarga de
84 aquíferos e que sugerem que as principais nascente se tornem áreas de proteção
85 ambiental (APAs). Acrescentou que Sepotuba é a única sub-bacia que ficou sem
86 barramento, bem como Alto Paraguai, Cuiabazinho, Aricá e que a bacia do Sepotuba
87 tem que ser considerada como área de restrição de uso, e que o Cuiabazinho, Aricá,
88 e rio Formoso são importantes para os indígenas, que são importantes para a
89 reprodução de peixes. Afirmou ainda que 50% do potencial de geração de energia já
90 está sendo utilizado. José Luiz Zoby (ANA) comentou que as áreas de afloramento
91 do aquífero precisam ser diferenciadas se são áreas de recarga ou descarga. Rosana
92 M. Evangelista (ANA) falou sobre que consta na ata que a decisão de manter o tema
93 dos empreendimentos hidrelétricos como diretriz do plano. Igor Souza Ribeiro
94 (MME) solicitou que o tema seja levado ao CNRH como destaque sobre os
95 empreendimentos hidrelétricos. Raquel C. Santos (Engecorps) comentou que o PP05
96 fala sobre os empreendimentos hidrelétricos que ficam, enquanto os novos
97 empreendimentos serão enquadrados no R2 - áreas de restrição de usos da água. De
98 Paula (COINTA), citou que o baixo Taquari tem que ser visto como área que deve
99 ser pensada na proteção. Raquel C. Santos (Engecorps) falou que os estudos que
100 estão sendo elaborados sobre os empreendimentos hidrelétricos consideram estas
101 áreas para proteção. Alessandra Panizi (FIEMT) voltou à discussão da ata, falando
102 que as recomendações deliberadas por votação seriam discutidas nas reuniões
103 públicas e que a discussão sobre os empreendimentos hidrelétricos seriam ou não
104 incorporadas em função dos resultados dessas discussões. Thiago de Moraes Costa
105 (FAMATO) indagou quando virão as respostas sobre os questionamentos nas reuniões
106 públicas. Citou os dados do IMEA sobre agropecuária que são diários, questionando
107 porque não utilizar estes dados para o plano. Raquel C. Santos (Engecorps) colocou
108 que todos os dados são oficiais, tendo sido considerados os dados da pesquisa
109 pecuária municipal (PPM) do IBGE e que a base do uso e ocupação é o monitoramento
110 realizado pelo Instituto SOS Pantanal, WWF Brasil e Embrapa Pantanal. Alessandra
111 Panizi (FIEMT) perguntou porque os empreendimentos hidrelétricos que estão em R2.
112 Débora disse que na resolução CNRH 152/2013 e para levar em consideração a outorga
113 para hidrovia, citando que no caso da hidrovia haveria necessidade de outorga.
114 Igor (MME) falou que foi aprovada uma recomendação sobre usinas hidrelétricas e
115 não área de restrição de uso. Falou que quer ratificar o que a Alessandra falou
116 sobre os empreendimentos. Raquel C. Santos (Engecorps) afirmou que o plano é
117 dinâmico e falou em criar uma categoria R4. Luciano Loubet Furtado (MPE/MS)
118 perguntou se existiu uma recomendação sobre os empreendimentos para os órgãos
119 ambientais de gestão. Raquel C. Santos (Engecorps) falou do princípio de precaução,
120 que é uma diretriz para aguardar o resultado dos estudos sobre as hidrelétricas,

121 destacando que não compete ao plano de recursos hídricos tratar de questões afetas
122 à gestão ambiental em particular ao licenciamento. Leonardo Sampaio (IMASUL/MS)
123 solicitou uma questão de ordem, dizendo que foi recomendado que não fossem emitidas
124 outorgas até o resultado dos estudos. Luciano Loubet (MPE/MS) disse que deveria
125 ser considerado o princípio de prevenção e precaução. Marcelo Caetano
126 Vacchiaro (MPE/MT) afirmou que esta recomendação deve ser mantida e que o plano
127 deve ser para minimizar ou evitar que haja dano ambiental. Questionou se o mapa
128 indicava se eram áreas com restrição de uso da água, se era um zoneamento de
129 espaço ou de atividade. Leonardo Mitre (Engecorps) afirmou que o plano de recursos
130 hídricos não é zoneamento, a restrição é pelo uso da água. Acrescentou que tratava-
131 se de definir sobre captar ou não a água, interferir ou não em recursos hídricos.
132 Débora Calheiros (FONASC) disse que o motivo da criação está na resolução dos usos
133 múltiplo da resolução 152. Perguntou se existe alguma proposta para a conservação
134 dos usos múltiplos. Raquel C. Santos (Engecorps) sugeriu criar uma classe
135 específica para as hidroelétricas ainda não construídas. Maria Aparecida Vargas
136 (ABRAGE) citou a dúvida de que no plano de recursos hídricos do rio Grande não
137 foi aprovado e que num horizonte de curto prazo seriam aprovadas as áreas de
138 restrição de uso. Leonardo Mitre (Engecorps) afirmou que todos os planos tem os
139 estudos de restrição de uso sendo desenvolvidos e vem com o tempo, inclusive no
140 caso do plano do Grande. Falou que, no Grande, caso fosse considerada a condição
141 de qualidade e quantidade, seria fechada boa parte da bacia para novos usos e,
142 por isso, foram definidos estudos mais aprofundados, principalmente por existirem
143 várias barragens em propriedades rurais e que podem aumentar a disponibilidade
144 hídrica. Rosana M. Evangelista (ANA) lembrou que o plano foi motivado principalmente
145 pelos empreendimentos hidrelétricos. Synara Bronch (UFMS) falou que o PCBAP que é
146 base do plano de recursos hídricos, e, posteriormente, GEF Alto Paraguai tem
147 vários componentes com relação de causa e efeito. Nilo Peçanha Coelho Filho
148 (COINTA) falou que antes de qualquer discussão do plano de recursos, existem vários
149 estudos que mostram o que pode acontecer e a preocupação de proteção está em
150 segundo plano na discussão. Leonardo Sampaio (IMASUL) questionou que a proposta de
151 criação do R4 deve ser discutida. Felipe Dias (SOS Pantanal) afirmou que a votação
152 realizada anteriormente se mantinha válida. Leonardo Sampaio (IMASUL) propôs
153 retirar os empreendimentos do R2 e afirmou que se forem para R4 é necessário que
154 seja novamente votado. Alessandra Panizzi (FIENT) argumentou que, segundo a
155 legislação, devem ser criadas áreas sujeitas a restrição de uso e não se deve
156 criar um uso sujeito a restrição, por via de um R4. Luiz Noquelli (SEMA/MT) fez a
157 proposta em comum com os representantes dos órgãos de gestão dos Estados que seja
158 criada uma nova categoria R4 colocando as informações referentes aos
159 empreendimentos para geração de energia. Débora Calheiros (FONASC) não concordou
160 com a criação da categoria R4 e se manifestou favorável a colocar os diversos

161 tipos de barramentos no R2. Raquel Chinaglia Santos (Engecorps) afirmou que os
162 barramentos já estão identificados no relatório. Começou a discutir sobre as
163 reuniões públicas. Débora Calheiros (FONASC) solicitou que, como a reunião
164 acontece em Cáceres MT, há necessidade de colocar ônibus para deslocamento das
165 pessoas de Tangará da Serra. José Luiz G. Zoby (ANA) informou o telefone do Daniel
166 Lansky da empresa Partners para a obtenção dos cards de divulgação por Whatsapp
167 dos eventos públicos e afirmou que a ANA não tem recursos previstos para a
168 disponibilização de transporte para os eventos públicos. Suzan Lannes (ABES)
169 afirmou que no ENCOB os representantes dos comitês de bacias relataram não terem
170 sido informados sobre a elaboração do PRH Paraguai. José Luiz G. Zoby (ANA)
171 informou que a divulgação está acontecendo, inclusive por mídia, mas se comprometeu
172 a confirmar as informações junto à empresa contratada. Luiz Henrique Noquelli
173 (SEMA/MT) fez a proposta de transferir os barramentos de R2 para R4, criando uma
174 nova definição. Débora Calheiros (FONASC) solicitou que os outros barramentos
175 diversos fossem incluídos em R2 e que fosse mantido o que já estava definido.
176 Alessandra Panizi (FIEMT) propõe que a restrição à outorga dos empreendimentos
177 hidrelétricos fique apenas como recomendação e não fique em nenhuma categoria de
178 restrição de uso. Daniele Coelho Marques (FAMASUL) comentou que era necessário
179 retirar a restrição da categoria R2. Igor Ribeiro (MME) afirmou que deveria ser
180 votada a retirada dessa restrição do R2. Em seguida, votaram a favor de retirar
181 os empreendimentos hidrelétricos da categoria de áreas de restrição R2 (9 votos)
182 as seguintes instituições: MME; FIEMT; FIEMS; FAMATO; FAMASUL; SEMA/MT; IMASUL;
183 COOPEAMAT e ABRAGE. Votaram contra a retirada (6 votos): ANA; FONASC; UFMS; SOS
184 Pantanal; COINTA; e Povos Indígenas da BAP. Votaram pela abstenção (1 voto): ABES.
185 A recomendação de restrição à outorga de novos empreendimentos hidrelétricos, já
186 aprovada na 12ª reunião, não foi objeto de alteração, ficando mantida.

187 **“Avaliação e Proposta de Aperfeiçoamento do Arranjo Institucional, Recomendações**
188 **para os Setores Usuários, Estratégias e Roteiro para a Implementação do Plano”**
189 **(Relatório PP-06) pela Engecorps Engenharia S. A.**

190 Raquel Chinaglia Santos (Engecorps) ao iniciar a apresentação do PP06 (Anexo 4)
191 que agora são recomendações e que o que estava no PP04 eram diretrizes, passando
192 a apresentação para o Leonardo (Engecorps) que discorreu sobre as recomendações.
193 Débora (FONASC) falou de reunião com ministro para falar da pesca e do direito de
194 participação de comunidades tradicionais. Marcelo (MPE/MT) falou que o plano
195 diretor de Rondonópolis está utilizando as microbacias do município para revisar
196 o plano diretor. Leonardo (Engecorps) falou que o ganho é ter a continuidade na
197 implementação do plano. Luciana (ANA) informou que após a finalização do plano, a
198 responsabilidade do GAP é trabalhar no detalhamento de atividades e priorização
199 para atingir marcos intermediários que irão estabelecer o andamento. Synara
200 (Engecorps) apresentou a **“Avaliação e Proposta de Aperfeiçoamento do Arranjo**
201 **Institucional para a Gestão dos Recursos Hídricos da RH - Paraguai.**

202 Luiz Noquelli, falou que tem várias informações do Consórcio das Nascentes do
203 Pantanal. Maria Aparecida Vargas (ABRAGE) disse que faltou mostrar o que pode ser
204 feito para criação do comitê e para isto teria que existir um estudo avaliando o
205 quanto a cobrança poderá ser arrecadado. Disse que ANA tem expertise para fazer
206 planos integrados e que pode ser uma demanda a ser trabalhada. Falou que tem um
207 recurso da compensação financeira e sobre o PL 315 que tira 45% dos Estados
208 passando para os municípios. Synara citou existe um amadurecimento do
209 funcionamento dos comitês e que os recursos de compensação no MT foi utilizado
210 para obras da copa e do MS para o fundo de previdência e obras hidráulicas. Nilo
211 falou da crise hídrica e da criação do COINTA e os grandes parceiros foram o MMA
212 e MAPA. Débora falou da garantia de ser mais equitativa a representatividade,
213 principalmente da sociedade civil organizada. Citou a proposta da lei do Pantanal,
214 indicando a integração da gestão ambiental com recursos hídricos. José Luiz citou
215 que a criação do GAP é embasado em resolução, que seria “uma câmara técnica” e
216 que foi apresentado um estudo de capacidade de arrecadação seria entre 8 a 22
217 milhões para toda Região Hidrográfica do Paraguai e que já foi apresentado. O
218 plano integrado é pegar o corte e detalhar as informações gerais e que deve ser
219 avaliado o quanto tem de avanço para criação de comitê. Antônio Brandão (MPE/MS)
220 fala que o MPE é responsável por acompanhar e contribuir para que os instrumentos
221 funcionem. O judiciário do MPE primeiro informa e depois entra na justiça. O
222 Ministério Público tem uma cadeira no GAP? Diz ter a preocupação de atuar e
223 contribuir para o funcionamento dos comitês e conselhos. É possível ter uma cadeira
224 no GAP considerando o papel do MPE, para que eles possam de fato fazer parte do
225 grupo de acompanhamento. Synara, falou que é possível solicitar uma cadeira de
226 alguma instituição que não esteja participando. Antônio Brandão disse que não pode
227 e não quer ter direito a voto, então solicitou receba um convite formal a cada
228 reunião. Débora (FONASC) disse ser importante que para a hidrovía seja considerada
229 a outorga, prevista na lei de RH. Leonardo (Engecorps) disse que não existe ainda
230 outorga para hidrovía apenas discussão sobre o tema. Débora (FONASC) insiste que
231 a hidrovía altera o regime hídrico. José Luiz a ANA colocou para hidrovía Tietê-
232 Paraná devido a suspensão da navegação agora esta tendo a discussão sobre a
233 possibilidade de ter outorga. Débora reforça que no tramo norte do rio Paraguai
234 será alterado o regime hídrico, sugerindo que a outorga aconteça e seja inserido
235 no plano. Sugere ao setor elétrico que seja feita, segundo a resolução 145, uma
236 proposição setorial da RH Paraguai, da mesma forma que no Araguaia e Xingu. Disse
237 falta alternativas de prevenção e mitigação das situações críticas identificadas,
238 proposição de restrição de uso para o setor elétrico com cenários alternativos
239 conforme resolução 145. Proposição de troca de alteração de data no dia 13 para 14
240 de dezembro de 2017. Aprovada.

Ata da 12ª Reunião do
Grupo de Acompanhamento da
Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai

Local: Campo Grande - MT, Auditório do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul - IMASUL

Data: 11 de agosto de 2017

Participantes: lista de presença (Anexo1)

Abertura e Informes

Luiz Henrique Noquelli, SEMA-MT, coordenador do grupo de acompanhamento, GAP, abriu os trabalhos saudando a presença de todos. Informou a substituição de dois componentes do grupo: a suplência da FAMATO e a suplência da agricultura familiar, que passou para a FETAGRI de Mato Grosso. Em seguida, indagou se alguém desejava realizar um informe. Não houve manifestação dos presentes.

Metas e Diretrizes para o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Paraguai e Estudos para os Instrumentos de Gestão pela Engecorps

Raquel C. P. Santos, Engecorps, apresentou a equipe e fez uma contextualização do relatório PP-04, "Definição das metas do PRH Paraguai e diretrizes e estudos para os instrumentos de gestão", que será discutido na reunião, primeiro produto da última etapa do trabalho, que corresponde ao plano de ações. Ressaltou que o produto seguinte, o PP-05, corresponderá ao detalhamento do produto anterior. Iniciou em seguida a apresentação dos resultados do prognóstico (Anexo 2). Leonardo Mitre, Engecorps, em seguida deu continuidade à apresentação na questão das metas e diretrizes (Anexo 2). Na questão do arranjo institucional, Claudete Bruschi, IMASUL, sugeriu que uma forma de incorporar a questão ambiental, para não ter que criar novas estruturas de gestão, é de que os comitês de bacias criem câmaras técnicas para tratar das questões ambientais. Débora Calheiros comentou que houve a sugestão no início dos trabalhos do GAP de que o conselho da Reserva da Biosfera poderia ser um espaço de colegiado para a gestão conjunta na região. Alessandra Panizi, FIENT, questionou a diretriz de que os pedidos de declaração de reserva de disponibilidade hídrica - DRDH ou outorgas para novas aproveitamentos hidrelétricos aguardem os resultados dos estudos sobre os efeitos das hidrelétricas para a conclusão de suas análises. Pediu o posicionamento da SEMA-MT. Luiz Henrique Noquelli esclareceu que, na reunião entre ANA e SEMAGRO/MS e SEMA/MT, com presença da Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos do Mato Grosso, Mauren Lazzaretti, no mês de maio, não houve aceitação por parte dos órgãos estaduais de acatar a sugestão da ANA. Numa segunda reunião técnica para pactuação das ações do GAP, participaram pela SEMA MT, Luiz Henrique Noquelli e Lorena Nicochelli, pela SEMAGRO, Leonardo Sampaio e Angelica, com diversos técnicos da ANA, ocasião em que se chegou ao consenso que seria o ideal inserir no plano. Cássio Carvalho MME, esclareceu que há equívoco no relatório na citação do Plano Energéticos nacionais ao afirmar que não há previsão de aproveitamento do potencial hidrelétrico da região e o grupo concordou em retirar esta informação constante

44 na página 78 na versão de 28 de julho de 2017. Reconheceu que as secretarias são
45 responsáveis pela outorga, mas considerou que as hidrelétricas devem ser
46 avaliadas caso a caso. Rosana Mendes Evangelista afirmou que o plano de recursos
47 hídricos é o espaço para discussão das diretrizes e metas da região. Igor Souza
48 Ribeiro, MME, reconheceu que as diretrizes para outorga são definidas pelo
49 comitê de bacia e que, no presente caso, é fundamental que os conselhos de
50 recursos hídricos se manifestem. Além disso, acrescentou que a política prevê os
51 usos múltiplos e não a suspensão da outorga para um uso. Alessandra Panizi
52 informou a realização de reunião da ANA com SINDENERGIA e o setor reconheceu a
53 importância dos estudos que seriam realizados, mas considerou que não seria
54 razoável suspender um uso, quando existem outras atividades até mais impactantes
55 como a pecuária e o saneamento que não sofrerão restrição. Eduardo
56 Oliveira, SINDENERGIA, disse que é necessário considerar as especificidades dos
57 empreendimentos hidrelétricos, não se pode generalizar empreendimentos distintos,
58 que o plano deve abranger outros setores como mineração, pecuária e não focar
59 somente em hidrelétricas. E também ao se discutir geração hidrelétrica é preciso
60 debater tarifa, emissão de efluentes e outros aspectos relacionados ao
61 desenvolvimento sócio econômico. José Luiz Zoby, ANA, sugeriu que fosse avaliado
62 o impacto dessa diretriz sobre a realidade dos empreendimentos, quantos
63 empreendimentos estão em processo de outorga ou licenciamento e seriam
64 prejudicados no período entre a aprovação do plano de recursos hídricos e a
65 conclusão dos estudos sobre o impacto dos empreendimentos hidrelétricos. Nilo
66 Peçanha Coelho, COINTA, destacou o impacto que as usinas hidrelétricas
67 apresentam sobre o transporte de sedimentos. Felipe Dias, SOS Pantanal, destacou
68 que estudos de impacto ambientais individualizados não conseguem dar muitas
69 vezes conta do impacto conjunto, que pode ser bastante negativo. José F. de
70 Paula Filho, COINTA, destacou a importância do plano de recursos hídricos para
71 discutir esse tema que é tão relevante e dos estudos que são relevantes. Suzan
72 Lannes, ABES, considerou que como não existe uma clareza dos trechos críticos,
73 deve-se atuar pela precaução. Luiz Henrique Noquelli reforçou que a decisão
74 final cabe ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e que os estados não se
75 manifestaram a favor da suspensão dos empreendimentos hidrelétricos. Propôs a
76 alternativa de que seja encaminhado que os estudos em desenvolvimento servirão
77 de referência para a instalação de empreendimentos hidrelétricos. Juraci de
78 Ozeda Ala Filho, SEPLAN-MT, destacou as questões de sísmicos e de desmatamento
79 que são impactos importantes que podem estar sendo provocados. Cássio Carvalho
80 manifestou que os estudos que estiverem concluídos devem ser incorporados à
81 análise dos empreendimentos hidrelétricos. Débora F. Calheiros ressaltou a
82 importância da conservação do Pantanal, reconhecido pela Constituição Federal,
83 patrimônio da humanidade e Reserva da Biosfera, e a importância ecológica e
84 socioeconômica da conservação dos serviços ecossistêmicos, em especial da
85 produção pesqueira. Igor de Souza Ribeiro, MME, comentou sobre a resolução que
86 criou o GAP que estabelece que a questão do uso do solo é igualmente relevante
87 comparado ao setor hidrelétrico. Reiterou pedido de acesso aos produtos da
88 Fundação Eliseu Alves sobre os empreendimentos hidrelétricos. Luiz Henrique
89 Noquelli propôs o encaminhamento de que os estudos produzidos pela Fundação

90 Eliseu Alves sejam enviados pela ANA para os órgãos gestores de recursos
91 hídricos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. José Luiz G. Zoby propôs a
92 pactuação de que os estudos em desenvolvimento serão a referência na questão da
93 outorga para a bacia e que os órgãos gestores de recursos hídricos seguirão suas
94 diretrizes, pois o plano é essencialmente uma pactuação. Em seguida, foi
95 elaborada uma redação alternativa à recomendação original, elaborada pela
96 Engecorps. Como não houve consenso sobre as redações (original e alternativa),
97 foi aberta a votação para os membros do GAP se manifestarem. ANA, MMA, MI,
98 COINTA, FONASC, UFMS, Indígena e SOS Pantanal se posicionaram favoráveis ao
99 texto original, totalizando 8 votos. FIEMT, SEPLAN, FAMATO, ABES, MME, COOPEMAT
100 e UFMT se manifestaram favoráveis à versão alternativa, totalizando 7 votos. (A
101 *versão original e a versão alternativa do texto discutido estão registradas ao*
102 *final desta ata*). José Luiz G. Zoby informou que o voto da FIEMS, realizado pelo
103 sr. Erico na segunda opção, não seria válido, tendo em vista que seu nome não
104 consta como membro indicado pela instituição para compor o GAP. Igor de Souza
105 Ribeiro manifestou que considera que o GAP tem a função de arbitrar conflitos e
106 que não se pode restringir um uso. Leonardo Mitre retomou a apresentação do
107 relatório da Engecorps. José Luiz G. Zoby sugeriu ao coordenador do GAP que as
108 recomendações para o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental -
109 EVTEA da hidrovía deveriam ser enviadas agora e não na finalização do plano de
110 recursos hídricos, se o período de recebimento de contribuições estiver aberto.
111 Informou que buscaria a informação. Synara Broch, UFMS, colocou que a
112 incorporação das questões quali e quantitativas não estavam incorporadas ao
113 estudo. Débora F. Calheiros comentou que o EVTEA não incorporava estudos
114 anteriores das décadas de 90 e 2000 sobre a hidrovía em que o tramo norte foi
115 negado pelo governo brasileiro e pelo judiciário devido à elevada fragilidade da
116 dinâmica local. Luiz Henrique Noquelli concordou com a proposta de encaminhar o
117 posicionamento do GAP ao Ministério dos Transportes nesse momento. Igor de Souza
118 Ribeiro questionou o estágio da outorga nos estados e sua capacidade de
119 responder à necessidade de hidrovía. Leonardo Mitre informou que a outorga da
120 hidrovía é um assunto que exige uma discussão entre ANA e setor de transportes.
121 Thiago de Moraes, FAMATO, relatou, em seguida, a iniciativa de divulgação da
122 Fazenda Pantaneira da Embrapa em 6 municípios do Mato Grosso. Débora F.
123 Calheiros destacou que essa iniciativa visa promover boas práticas no setor
124 pecuário. Eduardo Folley, ATRATUR-MS, indaga a forma de avaliar o efeito do
125 plano de recursos hídricos daqui a alguns anos. Leonardo Mitre registrou que a
126 proposta é que haja monitoramento dos resultados e dos investimentos. Débora F.
127 Calheiros expressou preocupação com a falta de monitoramento dos agrotóxicos e
128 do cumprimento do Código Florestal, que considerou não ser suficiente para a
129 região do Pantanal. Raquel C. P. Santos relatou que identificou a existência de
130 um estudo de mapeamento de áreas de preservação em todo o Brasil que supre a
131 carência de informação sobre adoção das métricas do Código Florestal. Eduardo
132 Folley acrescentou que o estudo recentemente realizado pelo SOS Pantanal
133 apresenta informações adicionais sobre esse assunto. Débora F. Calheiros
134 informou sobre o projeto FPS na planície pantaneira em que está à frente de
135 desenvolvimento de práticas sustentáveis na agricultura. Leonardo Mitre

136 solicitou o envio das informações sobre esse projeto para que sejam incluídas
137 como recomendações.

138 **Relato do Andamento dos Eventos Públicos pela ANA**

139 Grace Benfica Matos, ANA, fez relato dos eventos públicos realizados no estado
140 de Mato Grosso do Sul, destacando as oficinas e reuniões, assim como a
141 metodologia adotada para recebimento das contribuições. Informou ainda os
142 próximos eventos previstos para Mato Grosso (Anexo 3) e que será produzido
143 relatório de todos esses eventos. Eduardo Folley sugeriu a substituição de
144 Bonito e Corumbá por Aquidauana e Jardim. Grace Benfica Matos falou que se isso
145 melhorar a participação, poderia ser considerado. Daniel Lansky, Partners,
146 informou que não há verba para divulgação em rádios, mas que foi feito o
147 trabalho de imprensa, tendo solicitado que os membros do GAP enviassem
148 informações mais completas sobre as pessoas sugeridas, sua localização e os
149 segmentos que representam. Relatou que, a partir de agora, está preparando
150 materiais para Whatsapp para facilitar a divulgação que já serão utilizados em
151 Mato Grosso. Débora F. Calheiros demonstrou sua preocupação na divulgação dos
152 eventos para os segmentos de pescadores, ribeirinhos e universitários. Daniel
153 Lansky informou seu telefone e email para contatos e mobilização de pessoas: 61
154 - 983485820 e mobilizacaoprhp@gmail.com. Luiz Henrique Noquelli solicitou
155 manifestação sobre a proposta de alteração dos locais dos eventos públicos. Os
156 presentes se manifestaram favoráveis à manutenção dos locais. Débora F.
157 Calheiros solicitou a apresentação do prof. Angelo Agostinho da UEM na próxima
158 reunião e solicitou a apresentação da professora Sandra Santos da Embrapa
159 Pantanal, se possível, em dezembro. Igor de Souza Ribeiro convidará
160 representante de Itaipu para palestrar sobre o programa “Cultivando Água Boa”.

161 **Encaminhamentos**

162 As contribuições ao relatório PP-04 poderão ser enviadas até 18 de agosto.

163 A reunião do GAP em dezembro na cidade de Campo Grande foi remarcada para o dia
164 13, em função dos eventos públicos do plano de recursos hídricos que deverão
165 acontecer em Mato Grosso. A reunião de 3 de outubro em Cuiabá foi mantida.

166 O relatório dos eventos públicos será encaminhado aos participantes.

167 Eduardo Oliveira apresentou, ao final da reunião, o vídeo “Vida às Margens” do
168 SINERGIA (Anexo 4) e o documento técnico associado (Anexo 5).

169 *Texto original, aprovado pelo GAP*

170 “Recomenda-se que os pedidos de DRDH ou Outorgas para novos AHEs na RH-Paraguai
171 aguardem os resultados dos estudos sobre os efeitos das hidrelétricas para a
172 conclusão de suas análises, de forma a poder incorporar seus resultados. Assim
173 que concluídos relatórios parciais para bacias específicas, seus resultados já
174 devem ser incorporados aos pedidos de outorga e DRDH em análise.”

175 *Texto alternativo, rejeitado pelo GAP*

176 “Recomenda-se que a análise técnica dos órgãos gestores de recursos hídricos
177 dos pedidos de DRDH ou Outorgas para novos AHEs na RH-Paraguai incorporem os

178 resultados parciais consolidados dos estudos realizados pela ANA sobre os
179 efeitos das hidrelétricas.”



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

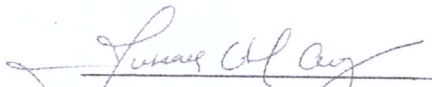
9.433/1997. Além disso, o plano seguiu o preconizado pela Resolução CNRH nº 145/2012, no que concerne ao conteúdo, ao processo participativo adotado e ao arranjo institucional necessário, em decorrência da inexistência do comitê de bacia.

21. Pelo exposto, a CTPNRH decidiu por recomendar ao CNRH que aprovasse a resolução.

22. Esse é o parecer, elaborado conjuntamente com a relatoria.

Brasília, 08 fevereiro de 2018.

Atenciosamente,


JUSSARA CABRAL CRUZ
Presidente da CTPNRH

bacias específicas, seus resultados já devem ser incorporados aos pedidos de outorga e DRDH em análise”,

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON DUARTE

Presidente do CNRH

JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR

Secretário Executivo do CNRH

